



Entre patrimônios e identidade nacional: discussão teórica sobre o Brasil brasileiro do século XXI.

Palavras-Chave: Identidade nacional, Patrimônio imaterial, IPHAN, Políticas públicas

Autores(as):

Tabatha Rodrigues de Lima, IFCH - UNICAMP

Prof.^a Dr.^a Aline Vieira de Carvalho, NEPAM - UNICAMP

Introdução:

A proposta de desenvolver uma pesquisa, que visava compreender a relação conciliatória entre os conceitos de "patrimônio" e "identidade nacional", parte da ideia de que o patrimônio atua como uma expressão simbólica essencial para a afirmação de uma determinada identidade nacional.

Nesse sentido, entende-se que a formação de uma identidade nacional própria, e no nosso caso, brasileira, é parte de um projeto induzido, propositado pela modernidade no século XIX e apreendido pelas nações ocidentais, que encontraram nos signos dos patrimônios uma expressividade concreta¹.

Assim, a identidade nacional seria um projeto do Estado de particularização do seu povo e território. Esse projeto se caracterizaria pelo estímulo ao sentimento de alteridade somado ao sentimento uno de pertencimento de determinado grupo ou nação, que teria como expressão simbólica institucional, o patrimônio.

Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo (THIESSE, 2000, p.14)

Seria, portanto, na cultura de um povo, na adoção de símbolos, nas práticas cotidianas, nos patrimônios, nas trocas e representações que se manifesta a identidade nacional, a sua peculiaridade,

¹ Faço uso do termo "concreto", considerando que ele determina elementos no campo da materialidade, ainda que abarque patrimônios imateriais, e, portanto, intangíveis. O que eu quero dizer é que por mais abstrato que os patrimônios culturais possam ser, dado a sua essência, eles são compreendidos e observados de forma descritiva e conceitual pelo Iphan, estando, portanto, no escopo de fenômenos observáveis.

distinção e unicidade. Contudo, deve-se atentar para o “sentido” que essa narrativa é construída e sustentada, segundo Ortiz, a definição de cultura parte de grupos sociais que decidem o limiar entre o nacional e o popular, e que mediante um discurso orientado ideologicamente atuam na elaboração de um Estado forte e contundente.

Nesse sentido, a concretude do patrimônio está intrinsecamente vinculada a sua institucionalização e a denominação e reconhecimento do Estado, atribuindo assim, a práticas, ritos, saberes, locais, modos de preparo, ofícios, etc., o título de patrimônio. Esse é o principal ponto encontrado durante o desenvolvimento dessa iniciação científica, a dicotomia entre a continuidade e a ruptura da institucionalização e patrimonialização no duelo travado entre o Estado e a cultura nacional.

Objetivos iniciais:

Atualmente a conceituação sobre patrimônio não se limita a termos de cultura, identidade nacional, manutenção ou salvaguarda. Dado às políticas adotadas na virada do século XXI, novas questões foram elaboradas e novos debates travados que abordam temas como representatividade, controle do Estado, intangibilidade e ressignificação.

Considera-se que o patrimônio não é um conceito fixo e imutável, ele responde a ressignificações conceituais e práticas, está sujeito a dinâmicas internas e externas, e disposto a confrontação de novos atores que o potencialize ou modifique. É vital que a discussão sobre o patrimônio brasileiro, e nesse projeto em específico o patrimônio cultural, assuma que como elemento constituinte não-estático da sociedade, suas questões devam ser frequentemente revisitadas.

É inegável que o patrimônio ainda esteja vinculado ao imaginário popular, mas não se limita a isso. O patrimônio, com destaque para o de natureza imaterial, é manifestação social e política, é controle de Estado e reivindicação popular, é individualização e coletivismo, é uma gama de dicotomias que o compõem e o desconstrói. É por isso também que na atualidade tem sido tão debatido e analisado.

Sob a ótica desse projeto de pesquisa, o patrimônio imaterial deve ser analisado considerando os novos debates travados somados à narrativa do órgão institucional que o fomenta e delimita, o IPHAN. Aproxima-se, portanto, da leitura de José Gonçalves no artigo “O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição.” (2015), onde a questão identitária do patrimônio imaterial só se relaciona com o indivíduo em um finito aspecto da vida cotidiana, a centralidade do título patrimonial é abrangido também pelo Estado, pelo status quo, pela ordem social.

Do ponto de vista do Estado e de suas políticas, especificamente suas políticas de patrimônio, “identificar” um grupo e seu patrimônio equivale a exercer positivamente sua função enquanto agência do poder. Por esse ângulo, a noção traz em si uma certa ambiguidade: se, por um lado, é a forma pela qual um grupo se afirma publicamente, por outro, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade. (GONÇALVES, 2015, p.213)

Na conjuntura política atual, o IPHAN tem sido alvo de diversos ataques diretos e indiretos do Governo e se observa o desmonte da instituição na ausência de novos registros patrimoniais, extinção de editais, diminuição nos programas e projetos de estudo do patrimônio.

É nesse contexto de desmoralização nacional, de destruição de políticas públicas, de opressão e supressão da diversidade que esse projeto de pesquisa se propõe a analisar a manifestação das novas posturas do Estado no patrimônio cultural brasileiro, conjuntamente aos novos debates que abordam o tema. Sendo assim, nosso principal objetivo é: a análise do tratado do patrimônio imaterial brasileiro dentro do IPHAN do seu início até a atualidade, considerando as discussões teóricas sobre cultura, identidade nacional e patrimonialização.

Resultados:

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa surgiram várias questões acerca da vinculação entre identidade nacional e os patrimônios institucionalizados pelo IPHAN, entre elas destaco a questão que norteou o processo de pesquisa: qual a identidade cultural brasileira que se pretende dar protagonismo nos modos de seleção e, conseqüente, patrimonialização do Iphan? Que Brasil, ou que grupos brasileiros, a identidade nacional representa?

No relatório parcial, dou destaque para os sentidos das ações do que entendo como uma desidentificação de uma parte da população brasileira com os bens simbólicos e patrimoniais do Brasil.

No dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do novo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Praça dos Três Poderes, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal foram invadidos por manifestantes que se autodenominavam como “patriotas” enquanto rasgavam, queimavam, inundavam, quebravam e atentavam contra os símbolos das instituições democráticas brasileiras.

O relógio do período joanino foi jogado ao chão. O quadro *As mulatas* de Di Cavalcanti, perfurado. A réplica da Constituição Federal de 1988, roubada. A pintura que reproduzia a bandeira do Brasil hasteada estava submersa. O busto de Rui Barbosa foi destruído. A mesa de Juscelino Kubitschek foi usada como barricada pelos terroristas.

Os bens artísticos, culturais e patrimoniais, incluindo a estrutura arquitetônica dos prédios, foram devastados pela onda “patriota” que arrebatou Brasília naquele 8 de janeiro de 2023. Entre todas as violências externalizadas, crimes cometidos e ações praticadas durante o atentado antidemocrático, um aspecto se destaca diante da perspectiva desta pesquisa: a desidentificação dos patriotas com os bens simbólicos da sua própria Pátria. (RELATÓRIO PARCIAL, 2023)

Diante desse episódio, busco compreender as representatividades que os patrimônios assumem dentro da sociedade brasileira, considerando principalmente o debate proposto por José Gonçalves, no artigo “O mal estar no patrimônio”. Pra isso recupero dois sentidos abordador pelo autor: os patrimônios como meios de produção de autoconsciência individual e coletiva controlados pelo Estado e o medo da perda simbólica vivido constantemente pelo status patrimonial de um bem registrado.

Nesse sentido, os patrimônios são menos expressões de identidades do que meios de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva. O debate sobre os patrimônios não deve, portanto, do ponto de vista analítico, limitar-se às tarefas de descobrir, defender e preservar “identidades” supostamente dadas. (GONÇALVES, 2015, p.213)

A “destruição” pode evidentemente assumir vários perfis semânticos. Há formas de imaginar as relações com os patrimônios onde ela é integrada positivamente, como parte interna ao processo de preservação e não como algo externo e perigoso a ser evitado e combatido. É quando podemos perceber uma espécie de destruição domesticada, onde a noção de “perda” não mais assume um papel central. (GONÇALVES, 2015, p.221)

Nesse sentido, tento entender como as dinâmicas de identificação da população brasileira, na atualidade, vai de encontro com o processo de patrimonialização feito no Iphan. Devo ressaltar que não vejo a destruição orquestrada no dia 8 de janeiro como parte de uma “destruição positiva”, isto é, faço uso da categoria elaborada por Gonçalves para demonstrar que o processo de perda ou destruição de um patrimônio se torna um ato político da esfera cultural, podendo ter significâncias positivas ou negativas.

O que pretendo elucidar é que a vinculação entre a identidade e o patrimônio se dá numa relação direta de representatividade, mas principalmente, de reconhecimento. O indivíduo ou o coletivo se reconhecer quanto brasileiro diante de um patrimônio é parte de um processo de validação que reafirma a sua existência representativa dentro da nação.

Em contrapartida, o processo de destruição - no caso do dia 8 de janeiro - demonstra não só uma desidentificação, mas também ódio e repugnância àqueles patrimônios, seria essa, então, uma nova forma de se afirmar identitariamente. Mas com qual identidade?

Acrescente-se que o uso dessa categoria (retórica da perda) se faz presente também num certo modo de conceber as relações entre memória, identidades e objetos materiais. Nesta concepção, a permanência desses objetos levaria necessariamente à permanência da memória e da identidade, enquanto sua destruição levaria ao esquecimento. Pressupõe-se uma necessária associação entre memória e seus suportes materiais, os quais deveriam ser preservados para que aquela se conservasse. Alguns autores têm recentemente problematizado essa relação, mostrando que não necessariamente a preservação, mas muitas vezes a destruição de objetos e espaços materiais pode ser o elemento gerador de identidades e memórias. A arte da memória transforma-se numa “arte do esquecimento”. (GONÇALVES, 2015, p.223)

É interessante observar então que a ideia de que o Estado busca particularizar seu povo e território, estimulando o sentimento de pertencimento e alteridade através dos patrimônios, parte inicial da construção de uma identidade nacional, tem seus principais símbolos políticos e democráticos profanados e destruídos em uma manifestação de viés fascista perpetuada por coletivos que se denominam como “patriotas”. Mas retomo o questionamento, a que “Pátria” eles se referem? Com qual “Pátria” eles se identificam? Será que os bens materiais reconhecidos pelo Iphan, que foram

vandalizados não se relaciona com auto imagem que esses indivíduos e coletivos fazem de si? E os patrimônios imateriais, as práticas culturais, entram no domínio representativo?

É nessa direção que essa pesquisa se encaminhou durante o seu desenvolvimento, isto é, parte-se da concepção de criação da identidade nacional pelos Estados modernos, observa-se o processo de conceitualização institucional e o exercício autônomo do patrimonialismo no Brasil, e chega-se, enfim, nos novos embates políticos, ideológicos e sociais que protagonizam o cenário contemporâneo, na tentativa de entender como a discussão e vinculação entre identidade nacional e patrimônio se dá na atualidade.

Bibliografia:

- ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Lisboa: Edições. 1983. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARVALHO, A.V., & SOUZA, L.. (2016). Podem as panelas falar? O processo de institucionalização do patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). *Diálogos*, 18(3), 1183-1211.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.
- GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.
- IPHAN. Patrimônio Imaterial: O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.
- ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, SP: Brasiliense; 1985.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 23. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- THIESSE, Anne-Marie. A criação das identidades nacionais: Europa- séculos XVIII-XX. Lisboa: Temas e Debates, 2000.